COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI 560/2024
AUTORIA: VEREADOR ALDO CLEMENTE
RELATOR: VEREADOR PRETO AQUINO

FALTA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. INCOMPATIBILIDADE COM O ORÇAMENTO EM VIGOR. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CUSTEIO. RESPONSABILIDADE FISCAL. CRIAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. CRIAÇÃO DE DESPESA. PARECER DESFAVORÁVEL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 560/2024, de autoria do Senhor Vereador Aldo Clemente, dispõe sobre a criação da Política Municipal de Apoio às "Mães Pâncreas", e dá outras providências. Dentre elas, a criação de um canal específico de comunicação, previsto no artigo 3º, inciso X, vejamos:

> Art. 3°. A Política instituída por esta Lei abrangerá as seguintes diretrizes:
> [...]
> X - criação de canal específico de comunicação para as pessoas com Diabetes Mellitus Tipo 1, com a finalidade de receber eventuais denúncias sobre falta de acesso a medicamentos, insumos ou equipamentos necessários para o controle da diabetes, bem como mecanismo administrativo que facilite a solução de conflitos que envolvam eventual desabastecimento, com celeridade e com garantia da continuidade dos tratamentos.

Verifica-se, portanto, que a proposição delimita a atuação do Poder Público Municipal, criando despesas a partir de obrigações de atuação, sobretudo pela implementação de um canal de comunicação, exigindo-se atuação ativa, custosa, para além das ações informacionais e educativas que poderiam ser abarcadas pelo orçamento já em vigor.

O Projeto em apreço é acompanhado de justificativa. Entretanto, é desacompanhado de estimativa de impacto financeiro e orçamentário, bem como, da origem dos recursos necessários para a implementação da proposição caso vire lei.

É o que importa relatar.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do artigo 63, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Finanças, Orçamentos, Controle e Fiscalização a emissão de parecer a despeito dos aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.

No caso em apreço, observa-se que o Projeto de Lei não demonstra a origem dos recursos necessários à implantação da ação que busca instituir, sobretudo o canal de comunicação que necessariamente exige uma atuação ativa, uma prestação positiva. Assim, exige-se a demonstração da origem dos recursos, uma vez que estando aprovada, o Poder Público já teria que disponibilizar o referido canal, previsto no artigo 3°, inciso, X, consoante redação do artigo 5°: "*Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*" É, portanto, incompatível com o orçamento em vigor.

Deste modo, **ausente estimativa de impacto financeiro e orçamentário**, há uma afronta direta às regras contidas no artigo 16, incisos I e II, e artigo 17, parágrafos 1º e 2º da LRF (LCP 101/2000):

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
> [...]
> Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
> § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

> § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

E, **embora a intenção do Nobre Vereador seja de extrema relevância, vícios dessa natureza não podem ser convalidados**, principalmente em razão da necessária responsabilidade fiscal a ser observada, junto ao orçamento em vigor, isto porque, o artigo 5º da proposição impõe sua vigência a partir da publicação, e não a partir de uma futura e responsável previsão orçamentária, violando inclusive o disposto no artigo 113 do ADCT da CF/88.

Por fim, não é possível deduzir outra conclusão senão pela ilegalidade e incompatibilidade da proposição em apreço em razão da vigência das leis orçamentárias, e incompatibilidade com as diretrizes da LRF.

VOTO

Portanto, no que me compete examinar, opino **DESFAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei n. 560/2024.

Natal/RN, 27 de Junho de 2025.

PRETO AQUINO
Vereador Relator